

BOLETIM

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO TOCANTINENSE DE MUNICÍPIOS - ANO DE 2022 - 6ª EDIÇÃO



ATM APRESENTA AÇÕES E PROJETOS EXECUTADOS EM 2022

Entidade municipalista concedeu representatividade e suporte aos Municípios em diferentes áreas da gestão municipal, além de ir à Brasília em busca de recursos aos cofres municipais



ATM VAI À BRASÍLIA, SENTA COM BANCADA E PEDE QUE MUNICÍPIOS RECEBAM EMENDAS

ATM E PODER JUDICIÁRIO UNEM FORÇAS EM PROL DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO ESTADO

SUCESSO EM 2021, ATM REALIZA SEGUNDA EDIÇÃO DO ENCONTRO DE MULHERES MUNICIPALISTAS

Palavra do Presidente



Busca de recursos aos cofres municipais, desburocratização de processos, cobranças aos demais entes da federação em torno de temas diversos, realização de eventos municipalistas, a Associação Tocantinense de Municípios (ATM) promoveu conjunto de ações e projetos ao longo do ano de 2022, guiada em seu propósito de fortalecer as capacidades administrativas, culturais, econômicas e sociais dos Municípios tocantinenses.

Mais uma vez a ATM se lançou à Brasília para reunião com a Bancada Federal do Tocantins em busca de emendas – recursos essenciais para custeio e investimentos de obras e serviços públicos dos Municípios.

Além disso, se dirigiu ao Palácio Araguaia para solicitar o repasse fundo a fundo do Programa Nacional do Transporte Escolar (PNATE). Fomos atendidos e hoje os recursos desse serviço chegam aos cofres municipais vindos diretos da União, sem a

intermediação do Estado. Destaque também para o recebimento da Cessão Onerosa e da Lei Kandir.

Ainda, a ATM realizou mais uma edição do Encontro de Mulheres Municipalistas, ao buscar fortalecer a participação e presença das mulheres no comando dos Municípios, bem como em diretorias e coordenadorias de áreas estratégicas da gestão municipal.

Numa outra realidade, fizemos presentes na maior feira agrotecnológica da região Norte do Brasil, a Agrotins, reafirmando assim nosso apoio aos Municípios e suas faculdades produtivas. Vale ressaltar que nos unimos ao Poder Judiciário do Estado do Tocantins para fomentar as atividades de regularização fundiária nos Municípios, e com isso, promover direitos e segurança às pessoas físicas e jurídicas.

Esta é a 6ª edição do nosso Boletim ATM, que traz uma retrospectiva ampla dos resultados alcançados pela instituição em prol dos Municípios e suas populações, apresentando também informações importantes aos gestores para suas tomadas de decisões e planejamentos futuros, além de buscar construir um direcionamento dos gestores em torno de pautas municipalistas de alto impacto ao ente municipal.

Votos de excelente leitura, reafirmando nossa inteira disposição a serviço dos gestores e Municípios. Forte abraço e que Deus abençoe a todos.

Diogo Borges
Presidente

SONDA
make it easy

Líder em
transformação
digital na região



Presença em
11 países
da região



+13 mil
Colaboradores



+5 mil
Clientes
Corporativos



+3 MIL
Cidades



+4 MIL m²
de Data Center na região



+10 MIL
Profissionais de TI



2022
Expansão aos Estados Unidos



- Argentina
- Brasil
- Chile
- Colômbia
- Costa Rica
- Estados Unidos
- Equador
- México
- Panamá
- Perú
- Uruguai

Somos uma empresa que coloca o cliente no centro de nossas ações e queremos responder de forma proativa e próxima aos seus desafios.

NOSSO PORTFÓLIO

Entendemos e conhecemos as tendências globais do mercado e fornecemos soluções e serviços com uma equipe de especialistas por setor.

Digital Business

Digital Consulting
Digital Platforms
Digital Application Services
Cloud Journey
Soluções de Verticais

Digital Services

Serviços de Plataformas
Cloud & Data Center
Cybersecurity
Workplace Services

Smart Cities & Mobility

Retail & Comércio

Banco & Seguradoras

Utilities

Saúde

Setor Público

Enterprise Applications

Soluções de Software

SONDA
make it easy

CONSULTE UM DE NOSSOS
ESPECIALISTAS E SAIBA MAIS
SOBRE NOSSAS SOLUÇÕES!



Solicitações da ATM favoreceram liberação de excedentes da Cessão Onerosa e Municípios tocaninenses recebem R\$34 milhões

Projeto liberou R\$ 7,7 bilhões em recursos para Estados e Municípios do Brasil. Entes municipais de todo o país repartiram R\$ 2,6 bilhões



A Associação Tocantinense de Municípios (ATM) promoveu uma série de solicitações ao senador Eduardo Gomes (TO), então líder do Governo Bolsonaro no Congresso Nacional, para sensibilizá-lo e para pedir apoio quanto à liberação dos volumes excedentes da Cessão Onerosa da Petrobras, em áreas não concedidas do Pré-Sal.

O parlamentar acatou o pedido e articulou posteriormente pela aprovação do PLN 03/2022, que autorizou o repasse. Posteriormente, o Congresso Nacional aprovou o projeto que liberou R\$ 7,7 bilhões em recursos para Estados e Municípios do Brasil. Os Municípios repartiram R\$ 2,6 bilhões. No Tocantins, os recursos compartilhados foram de R\$34 milhões. A Lei 14.337/2022 autorizou o repasse.

“Nós acreditávamos que o recurso poderia ser liberado e pedimos ao senador Eduardo Gomes que articulasse junto ao Governo Federal a liberação desses recursos. Após tramitações nas Casas, tivemos a grande vitória da aprovação pelo Congresso do projeto de lei, certamente fruto também da mobilização e pressão dos prefeitos presentes na Marcha a Brasília. Queremos agradecer o senador Eduardo Gomes pela atenção e disposição com a matéria municipalista, principalmente pela articulação com seus pares e também com os deputados federais”

Diogo Borges, prefeito de Talismã e presidente da ATM

A atuação da ATM foi reconhecida pela CNM (Confederação Nacional de Municípios), que

concedeu destaque à Associação Tocantinense de Municípios em âmbito nacional.

Uso

A legislação limita a aplicação dos recursos recebidos por estados e municípios para despesas previdenciárias ou de investimentos. As despesas previdenciárias não se limitam ao ente, mas também a todas as pessoas jurídicas de direito público e privado integrantes de sua administração direta ou indireta. Além disso, os investimentos ficam condicionados à reserva para pagamento de despesas com fundos previdenciários e contribuições sociais, além do pagamento do parcelamento de débitos previdenciários até o final do mandato do prefeito ou governador.

Municípios tocaninenses conquistam aumento do valor/aluno do transporte escolar e recursos do PNATE direto aos cofres municipais

Conquistas vieram após solicitações da ATM junto ao Governo do Estado; R\$85 milhões em repasses aos 139 municípios tocaninenses em 2022



Governo do Estado atende solicitações da ATM em torno do Transporte Escolar

Dezenas de prefeitos e prefeitas dos Municípios tocaninenses acompanharam cerimônia do Governo do Estado que anunciou e efetivou o aumento do valor/aluno referente ao convênio entre Estado e Municípios para a execução do Transporte Escolar de alunos residentes na Zona Rural. Ainda durante o evento, o Estado anunciou aos gestores que o repasse dos recursos do Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) será repassado diretamente do FNDE aos cofres municipais.

Tanto o aumento do valor/aluno do repasse do Transporte Escolar, quanto o repasse do PNATE diretamente aos cofres municipais, sem a intermediação do ente Estadual, foram solicitações apresentadas pela Associação Tocantinense de Municípios (ATM) ao Governo do Estado em 2021, por meio de ofícios protocolados tanto no Palácio Araguaia, quanto na sede da Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esporte (SEDUC).

Solicitação da ATM

Em suas justificativas, a ATM defendeu o reajuste do valor/aluno do Transporte Escolar a fim de suprir o aumento de gastos do serviço recaído sobre os Municípios, parte dele ocasionado pela inflação e a alta dos preços dos combustíveis e peças de reposição dos veículos. “Há anos não obtivemos um reajuste considerável no valor/aluno do Transporte Escolar, e nós (prefeitos) estávamos retirando recursos dos cofres municipais para compensar a diferença do aumento dos gastos do serviço”, explica o presidente da ATM e prefeito de Talismã, Diogo Borges.

PNATE

Outra conquista municipalista comemorada pela ATM foi o anúncio do Governo do Estado de que o ente Estadual solicitará ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) que os recursos do PNATE sejam transferidos diretamente do Fundo para os cofres municipais, conforme ocorre

em 17 estados brasileiros. “Uma grande conquista pois favorece a consolidação da autonomia dos Municípios, bem como a redução da burocracia, fazendo com os recursos chegue de forma mais rápida. Em nome dos 139 municípios tocaninenses, agradecemos ao governador Wanderlei Barbosa e secretariados pela decisão sensata e justa de repassar os recursos direto para os Municípios”, comemorou o presidente da ATM.

O Estado anunciou aumento de 25 % no valor/aluno do Transporte Escolar, ao ampliar de R\$12 para R\$15. Segundo estimativas do governo estadual, a previsão será de R\$85 milhões em investimentos nos 139 municípios tocaninenses neste exercício de 2022 com o aumento efetivado.

Prefeitos relatam falta de efetivo policial em Municípios e ATM cobra Estado medidas para sanar problema da insegurança

No Bico do Papagaio há relatos de que, à época, apenas dois policiais militares estariam fazendo a segurança dos municípios de Axixá, Itaguatins, Maurilândia e Sítio Novo do Tocantins



Presidente da ATM, Diogo Borges, ao lado do prefeito de Cristalândia, Big Jhow, cobram segurança

O presidente da Associação Tocantinense de Municípios (ATM) e prefeito de Talismã, Diogo Borges, se dirigiu até o Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Tocantins, em Palmas, para se reunir com o Comandante-Geral da PM, Coronel Julio Manoel da Silva Neto, para apresentar o relato de prefeitos sobre a falta de efetivo policial em alguns Municípios tocantinenses, bem como para cobrar medidas do Estado que possam sanar o problema da insegurança presentes em algumas localidades.

Na ocasião, o presidente da entidade municipalista estava acompanhado do prefeito de Cristalândia, Big Jhow, e repassou ao Comandante-Geral um ofício da ATM no qual cobra a presença efetiva de policiais militares nos 139 Municípios tocantinenses. "Tal situação tem criado uma atmosfera de insegurança nos moradores dos pequenos Municípios, dando margem para que a criminosos e bandidos possam praticar delitos livremente, sem combate e repressão necessária, aumentando assim o sentimento de impunidade", disse o presidente da ATM.

Relatos – Os relatos chegam das diversas regiões do Estado. "Aqui na região do médio Araguaia, nós estamos sofrendo absurdamente com a falta de policiamento e com a insegurança desenfreada", disse o prefeito de

Couto Magalhães, Júlio César. "Em Santa Maria temos sentido a falta de policiamento, que somente aparecem em casos de urgência, dependendo da disponibilidade, nisso quando solicitamos ao destacamento de Pedro Afonso", relata o prefeito de Santa Maria (Centro-Norte) Itamar Barrachini.

No Bico do Papagaio há relatos de que apenas dois policiais militares estariam fazendo a segurança dos municípios de Axixá, Itaguatins, Maurilândia e Sítio Novo do Tocantins. "Tenho problema todo final de semana, faz anos que não temos efetivo", disse a prefeita de Monte Santo (Vale do Araguaia), Nezita Martins. Ainda no Vale do Araguaia, Caseara também tem queixado da falta de efetivo policial suficiente para a demanda populacional, enquanto que no Sudeste do Estado, Ponte Alta do Bom Jesus relata falta de policiais militares.

Concurso Público – Ainda no ofício apresentado pela ATM à Polícia Militar, a entidade municipalista pede "que, se possível, busque mecanismos junto à Secretaria de Segurança Pública pela celeridade dos trâmites do Concurso Público da PM em andamento", cita o documento.

Recém-chegado ao Tocantins, programa Calha Norte é tema de capacitação de gestores promovida pela ATM

Técnicos buscaram apresentar falhas mais comuns em convênios, a análise técnica dos projetos de engenharia e da execução do SICONV



Técnicos apresentaram falhas comuns em convênios, a análise técnica dos projetos de engenharia e da execução do SICONV, além de abordar a Portaria Interministerial 424/2016

Durante os dias 21, 22 e 23 de março, gestores municipais de todo o Estado receberam capacitação sobre a execução do programa Calha Norte, promovida por técnicos do Ministério da Defesa, pasta a qual o programa está integrado. A capacitação foi organizada pela Associação Tocantinense de Municípios (ATM), sendo realizada no auditório da entidade, em Palmas.

Calha Norte - O Programa Calha Norte iniciou sua atuação na região Norte do Brasil, em estados cujos territórios fazem fronteiras com outros países. Busca promover o desenvolvimento regional, por meio das vertentes militar e civil. O Programa Calha Norte auxilia as prefeituras na execução de convênios, em projetos de engenharia e aquisição de equipamentos.

Tocantins - O programa chegou ao Tocantins em 2019, à época por meio dos esforços do senador Eduardo Gomes. Durante solenidade dos 400 dias de gestão do presidente da República, Jair Bolsonaro, 48 Municípios tocaninenses foram incorporados ao programa. Posteriormente, em dezembro de 2021, o presidente expediu despacho no qual adicionou os 91 municípios tocaninenses restantes ao programa.

Aproximação com os Municípios conveniados - O Coronel Lauduger disse que a capacitação faz parte de um projeto de aproximação dos coordenadores do Calha Norte com os agentes municipais que cuidam diretamente dos convênios. "Estamos estreitando as relações, nos aproximando dos dez estados e 619

municípios que celebram convênio com o Calha Norte. Trouxemos os técnicos que dirigem as três principais coordenações: engenharia, convênio e finanças. Buscamos promover uma sinergia de informações relativas aos processos em andamento com os técnicos municipais para que possamos dar maior celeridade a toda a execução do convênio, para que a entrega das políticas públicas ocorram no menor tempo possível e da melhor maneira para a população"

Santa Tereza do Tocantins - O gerente Municipal de Convênio do município de Santa Tereza do Tocantins, Anderson Gomes dos Santos, disse que a capacitação esclareceu muitos pontos e prevê maior agilidade na execução do programa no Município. "Temos um convênio com o programa Calha Norte que é para a aquisição de caminhão compactador de lixo. Promovemos ajustes no convênio e entramos com contrapartida financeira no valor de R\$ 98mil. A capacitação elucidou alguns detalhes do processo que certamente favorecerá a celeridade da execução da política pública" disse.

Pontos apresentados - Dentre os pontos abordados na capacitação está a Portaria Interministerial 424/2016, que trata das normas relativas às transferências de recursos da União. Ainda, os técnicos buscaram apresentar falhas mais comuns em convênios, a análise técnica dos projetos de engenharia e da execução do SICONV.

Presidente da ATM prestigia abertura da XXIII Marcha e presencia discursos de comprometimento de autoridades com os municípios

A ATM estima que mais de 100 prefeitos do Tocantins passaram pela programação da Marcha



ATM presenciou discursos de comprometimento das autoridades com as pautas discutidas

O presidente da Associação Tocantinense de Municípios (ATM), prefeito de Talismã, Diogo Borges, participou do dispositivo de honra da solenidade de abertura da XXIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, evento organizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), que ocorre de 25 a 28 de abril, no Centro Internacional de Convenções do Brasil, na Capital Federal. O tema de 2022 foi: "Município: o caminho para um Brasil melhor".

Autoridades – Ao lado das principais autoridades do Brasil, dentre elas o presidente da República, Jair Bolsonaro, os presidentes da Câmara e do Senado, Artur Lira e Rodrigo Pacheco, respectivamente, bem como do governador do Tocantins, Wanderlei Barbosa e da Bancada Federal de Tocantins, o presidente da ATM presenciou discursos de comprometimento das autoridades com as pautas municipalistas que estão sendo discutidas no maior evento municipalista da América Latina.

Otimismo – “Temos um sentimento de otimismo com os discursos aqui proferidos, pois o que buscamos são o apoio e comprometimento das principais autoridades do país com os Municípios, que observem os nossos pleitos, entendam nossas reivindicações e, principalmente, votem e executem em consonância com que espera os Municípios e seus gestores”, disse o presidente da ATM, ao explicar que existem matérias em tramitação no Congresso que se aprovadas, os efeitos recaíram sobre os Municípios e suas gestões de forma negativa e positiva. “O que queremos é uma atenção e cuidado com o que está sendo executado e votado em Brasília, pois o resultado é sentido lá na ponta, nos Municípios onde tudo acontece”, disse Borges.

Pautas – Dentre as principais pautas que os prefeitos estão buscando na Marcha está a Lei das Associações (PL 4576/2021), projeto que visa estabelecer um marco jurídico para as atividades das associações de municípios, dando poderes a essas para representar e impetrar processos no Judiciário de modo coletivo; O Piso da Enfermagem (PL 2564/2020), pois os Municípios sentem dificuldades em arcar com o aumento ou fixação de pisos estabelecidos e apreciados no Legislativo. Os municipalistas buscam aprovação de emenda na qual estabelece que a União apoia o custeio do pagamento do piso pelos Municípios; e o Encargo Vinculado ao Repasse (PEC 122/2015), que visa proibir a imposição e a transferência por Lei de qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público para os entes Federados sem a fonte de recurso ou previsão orçamentária.

Os municipalistas buscam ainda chamar a atenção dos congressistas e da presidência da República para a possibilidade de as despesas com as organizações sociais ficarem fora do limite de pessoal, com vistas a evitar o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o ressarcimento do IPI (PL 1406/2015), para mitigar os efeitos da renúncia tributária do IPI sobre os Fundos constitucionais, dentre eles o FPM. Por fim, a aprovação da Reforma Tributária, com o objetivo de padronizar a tributação sobre consumo no Brasil, em busca da simplificação e da melhora no ambiente de negócios, e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico e social.

ATM promove reunião entre prefeitos e bancada federal e apresenta pedidos dos Municípios

Reunião buscou apresentar as demandas dos Municípios tocantinenses em relação às matérias que tramitam no Congresso Nacional, cujos efeitos recaem sobre o ente local



ATM apresentou Manifesto dos Municípios à Bancada, com assinaturas de mais de 100 prefeitos

A Associação Tocantinense de Municípios (ATM) promoveu em plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília, uma reunião entre prefeitos e a Bancada Federal do Tocantins para apresentar as demandas dos Municípios tocantinenses em relação às matérias que tramitam no Congresso Nacional, cujos efeitos recaem sobre o ente local. O governador do Tocantins, Wanderlei Barbosa, também participou da reunião. A ação integra os atos municipalistas programados durante a XXIII Marcha Brasília em Defesa dos Municípios, evento que reúne milhares de prefeito na capital federal, organizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Os prefeitos foram liderados pelo presidente da ATM e prefeito de Talismã, Diogo Borges, que frisou a importância do encontro e a necessidade urgente dos pleitos serem apreciados e atendidos para não prejudicar os Municípios, e sim fortalecê-los.

Pautas apresentadas – Dentre as principais pautas apresentadas está a Lei das Associações (PL 4576/2021), projeto que visa estabelecer um marco jurídico para as atividades das associações de municípios, dando poderes a essas para representar e impetrar precessos no Judiciário de modo coletivo; O Piso da Enfermagem (PL 2564/2020),

sendo que os municipalistas buscam aprovação de emenda na qual estabelece que a União apoiará o custeio do pagamento do piso pelos Municípios; e o Encargo Vinculado ao Repasse (PEC 122/2015), que visa proibir a imposição e a transferência por Lei de qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público para os entes Federados sem a fonte de recurso ou previsão orçamentária.

Emendas para custeios de áreas essenciais - Os parlamentares receberam ofício da ATM, que elencou as pautas prioritárias dos Municípios no Congresso Nacional. Além disso, a Associação solicitou no documento que a Bancada Federal destinem suas emendas, individuais e coletivas, para o custeio da Assistência Social, Educação e Saúde nos 139 Municípios tocantinenses, como forma de garantir a manutenção dessas áreas essenciais num período pós pandemia, que na avaliação dos prefeitos, ainda apresenta desafios às gestões locais.

Ao término da reunião, a ATM apresentou Manifesto dos Municípios à Bancada Federal do Tocantins, com assinaturas de mais de 100 prefeitos, reafirmando os pedidos aos parlamentares e apoio nas demandas oficializadas.

ATM e Poder Judiciário unem forças em prol da regularização fundiária no Estado

A nova parceria reforça o trabalho já em andamento na maioria dos municípios do Tocantins



A parceria tem o objetivo de promover a integração dos trabalhos do Nupref com a articulação e mobilização que a ATM promove com as gestões locais

A Associação Tocantinense de Municípios (ATM), por meio do presidente Diogo Borges, assinou Termo de Cooperação Técnica com o Poder Judiciário do Tocantins para promover e favorecer os trabalhos de regularização fundiária nos Municípios tocantinenses. O Poder Judiciário será representado pelo Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária (Nupref), vinculado à Corregedoria-Geral da Justiça. O Nupref foi representado na ocasião pelo juiz Océlio Nobre da Silva, coordenador do Núcleo, que já atua em dezenas de Municípios tocantinenses.

“A ATM possui uma capilaridade com os Municípios e seus gestores, sempre apoiando, divulgando e mobilizando para os programas e projetos que trazem benefícios diretos ao desenvolvimento local, principalmente para o cidadão. Nesse sentido estamos nos comprometendo a oferecer o apoio operacional e técnico aos trabalhos de regularização que já estão sendo promovidos pelo Poder Judiciário”, disse Diogo Borges, presidente da Associação Tocantinense de Municípios (ATM) e prefeito de Talismã.

Tanto o presidente da ATM, quanto o coordenador do Núcleo, Juiz Océlio Nobre, já haviam sentado em abril de 2022, na sede da ATM, em Palmas, para alinharem o Termo de Cooperação entre a entidade municipalista e o Poder Judiciário, com o objetivo de promover a integração dos trabalhos do Nupref com a articulação

e mobilização que a ATM promove com as gestões locais, e assim favorecer os trabalhos de regularização fundiária em todo o Tocantins.

A nova parceria reforça o trabalho já em andamento na maioria dos municípios do Tocantins. “A cooperação da ATM é extremamente relevante para a ampliação da regularização fundiária no estado. O objetivo do Judiciário é erradicar os problemas fundiários nos 139 municípios, para isso o Nupref já vem atuando em mais de 90 cidades tocantinenses, em parceria com os municípios e tendo o apoio do Poder Executivo Estadual e da União. Esse é um trabalho fundamental para a promoção da cidadania e a garantia dos Direitos Humanos”, ressaltou o juiz auxiliar.

O Termo de Cooperação Técnica tem validade de 24 meses, podendo ser prorrogado, em caso de interesse, até o limite de 60 (sessenta) meses. O objetivo é a mútua cooperação para a promoção da regularização fundiária de imóveis, urbanos e rurais, nos Municípios do Estado do Tocantins, especificadamente quanto ao intercâmbio de apoio técnico-social entre os participantes, visando o compartilhamento de conhecimento das equipes técnicas e a implementação de medidas conjuntas voltadas ao aperfeiçoamento e difusão de rotinas e procedimentos relacionados ao auxílio no processo de regularização fundiária, de modo a proporcionar maior eficiência a esta atividade.

Postos do INSS nos Municípios: técnicos do órgão previdenciário iniciam inspeções e já aprovam primeiros postos de atendimento

Em julho de 2021, a ATM e o INSS firmaram Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com vistas à instalação de salas de atendimento do órgão previdenciário nas prefeituras



Vistoria do INSS no posto de atendimento instalado na Prefeitura de Divinópolis do Tocantins

Técnicos do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) têm percorrido Municípios selecionados para iniciarem a inspeção de postos de atendimentos do órgão previdenciário instalados pelas prefeituras. O projeto é fruto da parceria do Instituto com a Associação Tocantinense de Municípios (ATM), e visa fomentar e favorecer a instalação de postos do INSS nas localidades.

Neste primeiro momento foram visitados os municípios de Barrolândia, Divinópolis, Nova Olinda, Paranã e Talismã. Todos tiveram seus postos autorizados pelos técnicos do INSS e já estão aptos a operacionalizar.

Os demais Municípios com convênio assinados deverão ser inspecionados em breve, assim que eventuais pendências tenham sido sanadas. Segundo informou o INSS, o objetivo é inspecionar o máximo de municípios possíveis e efetivar o mais rápido possível os postos.

As vistorias estão sendo feitas pelo gerente executivo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Silvano Lira, e o assessor de Comunicação Social, Mário Henrique Fernandes.

Acordo

Em julho de 2021, a ATM e o INSS firmaram Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com vistas à instalação de salas de atendimento do órgão previdenciário nas prefeituras e, com isso, facilitar a prestação de serviços aos cidadãos nas localidades, sem a necessidade desses terem que deslocar para outros Municípios onde dispõem de agências do INSS.

A previsão da ATM e do INSS é que boa parte dos Municípios já iniciem os atendimentos nos postos ainda este ano.



Evento da ATM buscou fortalecer a participação e presença de mulheres na política e nas gestões municipais

Segunda edição do Encontro de Mulheres Municipalistas levou mensagens de emponderamento feminino e promoveu a capacitação do público presente



Na avaliação das participantes, o evento foi um sucesso e contribuiu ao processo de emponderamento feminino.

Durante os dias 13 e 14 de setembro de 2022 ocorreu a 2ª edição do Encontro de Mulheres Municipalistas, evento organizado pela Associação Tocantinense de Municípios (ATM), com o objetivo de incentivar a participação feminina na política e em cargos da gestão municipal, com foco na defesa dos Municípios. Na plateia presente no auditório da ATM estavam prefeitas, vice-prefeitas, primeiras-damas e secretárias Municipais, muitas delas ligadas à área da Assistência Social.

O Encontro promoveu vasta programação de atividades, que contou com palestras de autoridades e especialistas na área do Municipalismo, da Política, do Direito e da Comunicação. Destaque para a palestra de Nárcia Kelly, prefeita reeleita do município de Bela Vista de Goiás (GO), premiada no estado de Goiás e nacionalmente. Em sua explanação, Nárcia relatou suas experiências durante as eleições municipais e também no comando do município goiano, e as políticas públicas que executa para o fortalecimento das mulheres, bem como deixou uma mensagem de emponderamento às presentes.



Prefeita de capital

Durante a abertura do encontro, a prefeita de Palmas, Cíntia Ribeiro, relatou os desafios e vivências da vida pública. "Sou a única prefeita de capital de todo o país. É uma responsabilidade gigantesca. Eu sento na mesa com os demais prefeitos de capital, são 27 estados da federação, aquela mesa imensa, e lá estou eu, representando mais de 50% do eleitorado e mais de 52% da população brasileira formada por mulheres. Vejo que é necessário sermos muito parceiras, que tenhamos muita empatia com as mulheres, não só nesse momento de discussão, mas é necessário esse apoio e esse reforço dos partidos, dos Municípios e, principalmente, dos nossos companheiros que constroem essa boa política conosco", disse.



Ferramenta de fortalecimento

O presidente da ATM e prefeito de Talismã, Diogo Borges, disse que o encontro é uma ferramenta em busca do fortalecimento da participação e presença

das mulheres nos espaços de decisão e poder. "Sabemos que os números hoje sobre a participação na política e nas administrações refletem uma triste realidade de desigualdade entre homens e mulheres. Quando criamos esse encontro buscamos de certa forma contribuir para corrigir essa distorção, para incentivar e fomentar mais candidaturas femininas, bem como para consolidar a participação das mulheres nas gestões municipais", enfatizou o presidente, que estava acompanhado da prefeita de Monte Santo, Nezita Martins, eleita vice-presidente da ATM para o próximo biênio.

Temas

Reconhecido nacionalmente e internacionalmente, o Movimento Mulheres Municipalistas surgiu nos espaços de discussão organizados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), e sua fundadora, a senhora Tânia Ziulkoski, foi uma das palestrantes do encontro. A participação da mulher na política foi tema abordado pela fundadora do Instituto Alziras, Clara de Sá, que trouxe números da presença das mulheres nas candidaturas eleitorais. Palestras sobre o Direito das Mulheres, a melhor forma de se comunicar e imagem pessoal também contribuíram na formação das mulheres presentes.

Na avaliação das participantes, o evento foi um sucesso e contribuiu ao processo de emponderamento feminino. "É um evento muito edificante, fortalece muito o poder da mulher na política, e a influência que temos nesse meio, que ainda não está sendo amplamente ocupado por nós. Precisamos nos unir para que possamos eleger mais mulheres", disse Flávia Falcão diretora da Assistência Social, do Trabalho e da Mulher de Formoso do Araguaia, que participa pela segunda vez do encontro.

Regularização Fundiária: um direito que deve continuar a ser garantido



A regularização fundiária rural ou urbana tem o mesmo propósito: levar segurança jurídica às relações entre pessoas e imóvel.

Somos um país de dimensões continentais e gerir esse território requer conhecê-lo, saber quem são seus ocupantes e a relação jurídica dessas pessoas com o imóvel ocupado/explorado. Para isso o ordenamento territorial é essencial, e precisa ser executado com ferramentas inteligentes, eficientes e ágeis.

Nos 16 anos de trabalho como servidora de carreira do Incra, afirmo que nos últimos 4 anos a política de regularização fundiária executada pela Autarquia foi bastante intensificada. Vários foram os fatores que influenciaram nesse desempenho, a evolução tecnológica e as parcerias com outros entes tendo sido essencial para tornar possível a regularização e titulação de centenas de milhares de famílias em todo o País.

A transformação digital dos serviços e a integração com outras bases do governo federal traz mais agilidade e segurança ao processo de regularização fundiária. A criação da Plataforma de Governança Territorial – PGT foi o grande salto, promovendo o cruzamento e a checagem de mais de oitenta requisitos, como a existência de Cadastro Ambiental Rural – CAR, de embargos ambientais, entre outros.

Destaco ainda o Programa Titula Brasil, que conseguiu fazer com que a política de regularização fundiária chegasse na ponta de maneira ágil. Os municípios são parceiros essenciais, desempenhando papel importantíssimo no processo. O gestor municipal, e demais servidores estão próximos do público, e são treinados, capacitados para a execução dessa política pública, auxiliando o INCRA na prestação de serviços.

Outro ponto, não são poucos os municípios que possuem áreas urbanas – consolidadas ou de expansão – que ainda se encontram no domínio da União. Tais Municípios precisam buscar o destaque desse patrimônio para que consigam executar a regularização fundiária e ter acesso a novos equipamentos públicos.

A regularização urbana é tão importante quanto a rural. Mesmo cidades planejadas têm problemas de regularização fundiária.

E aqui cabe destaque com relação a Lei 13.465, de 2017, que é uma forma de regularização fundiária, mas não só isso. A REURB vai muito além da entrega do Título. Uma união de esforços, município, cartórios e população envolvidos, que no final todos ganham ao serem impactados pelo desenvolvimento econômico, social e ambiental.

No final a regularização fundiária beneficia toda sociedade. É instrumento pacificador, promovendo a diminuição de conflitos. Aumenta a arrecadação, gerando tributos sobre imóveis que antes estavam fora do mercado formal, além do lastro de milhões de reais em crédito, alavancando a produção, o comércio e o emprego local, além da valorização imobiliária dos imóveis.

Por isso deve ser prioridade da União, Estados e Municípios o desafio de realizar a regularização fundiária urbana e rural e dar dignidade de vida a seus cidadãos.

Dessa forma é justo e urgente que essas pessoas se tornem proprietárias, podendo gozar de todos os direitos reais sobre aquele bem imóvel e abandonando a insegurança e a precariedade da posse.

Eleusa Gutenberg - Especialista em Regularização Fundiária e Ex-Diretora de Governança Fundiária do INCRA/Nacional

A função Social da Mineração – Parte I



A mineração está presente na vida do homem desde os primórdios da humanidade. Nos tempos Pré-históricos, há registro da sua utilização para formação de utensílios e armas de pedra, e já no 1º livro da Bíblia, Gênesis 2, 11/12 há referência a ouro de qualidade. Daí por diante a dependência dos recursos naturais vêm num crescente proporcional ao desenvolvimento e complexidade da sociedade, tornando-se imprescindível para a sua subsistência.

Precisa-se da mineração para tudo: a agricultura dela se alimenta com os insumos e fertilizantes para revigoração do solo, sem os quais a agricultura não se sustentaria em escala capaz de alimentar a humanidade.

Igual importância a mineração possui para o setor de habitação, pois da mais simples à mais complexa construção civil, seus componentes vêm desse importante ramo: da argila vermelha se forma o tijolo; da areia, calcário e brita se faz o concreto; da areia, calcário e feldspato é feito o vidro; do quartzo, tungstênio e alumínio se fazem as lâmpadas; do cobre e petróleo é feita a fiação; do calcário, argila, amianto são feitas as telhas; do calcário, talco, caulim e titânio, é feita a tinta; do ferro e níquel são feitos os pregos e parafusos, o que sintetiza a sua importância para a moradia.

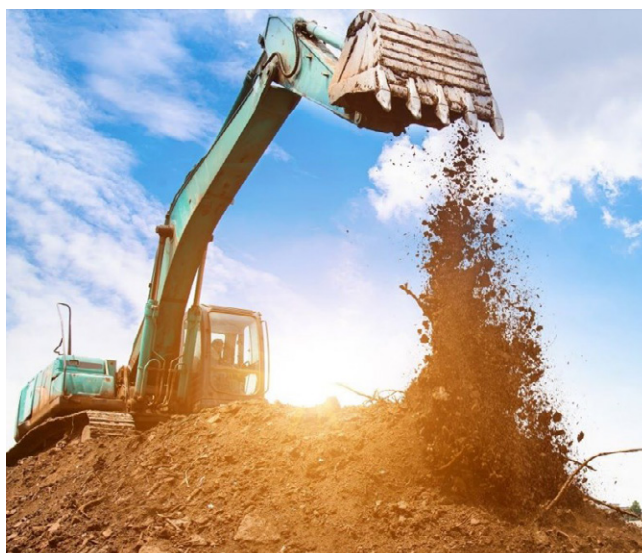
A mineração é básica para as áreas de alimentação e construção, também o é para o ramo do transportes:

sem os metais e compostos metálicos o homem continuaria a utilizar animais de tração para a sua locomoção, visto que dos metais e seus compostos precisa para o fabrico de carros, motocicletas, navios, aeronaves, todos, sem nenhuma exceção, vêm da mineração. E acrescente-se a estes o saneamento básico, as obras de infraestrutura viária, estradas asfaltadas, linhas férreas e de comunicação. Nada disso existiria sem Ela.

Além da imprescindibilidade dos seus componentes à vida, a mineração tem destacado papel social na geração de emprego e renda, na composição da balança comercial, cujos números do Produção no Brasil no ano de 2018, um referencial antes da pandemia, dão uma noção do tamanho exato dessa atividade no Brasil: Ocupa apenas 0,5% de todo território nacional, gerou 180 mil empregos diretos e mais de 2 milhões de empregos indiretos, compôs 30% do saldo da balança comercial, exportando 28,3 bilhões de dólares, com 16,8% do PIB Industrial nacional. Em 2021 teve um faturamento R\$ 339 bilhões sendo responsável por 13 empregos para cada posto de trabalho.

Conclui-se então que, diante da crescente demanda por recursos minerais e da proeminente função social que ela exerce, não dá pra tratar a Mineração como vilã ou alijá-la das atividades produtivas, pois é essencial e insubstituível. Torna-se necessário e imperativo buscar as boas práticas e a coexistência racional entre a mineração e o meio ambiente, ambos indispensáveis à vida.

Lina Ester Barbosa Ribeiro - Advogada especialista em mineração



**A Associação Tocantinense
de Municípios (ATM)
estará presente na:**



AGROSUDESTE

Feira Agrotecnológica da Região Sudeste do Tocantins

**de 12 a 15 de Abril
Almas (TO)**

agrosudesteto.com.br